

CONJUNTO MARECHAL RONDON:  
O ABRIGO DOS EXCLUÍDOS DA  
CIDADE DE FORTALEZA (1972-  
1979)

ANGERLÂNIA DA COSTA BARROS  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
[angel\\_htaa@hotmail.com](mailto:angel_htaa@hotmail.com)

## RESUMO

A década de 1970, na cidade de Fortaleza, foi marcada por diversas intervenções habitacionais e urbanísticas que tinham por finalidade a organização e o embelezamento de seu espaço urbano, a partir da remoção de muitas áreas marginalizadas, entre elas, o Arraial Moura Brasil. Nosso intuito foi entender por que o processo de retirada desse lugar foi pacífico, sem confrontos ou resistência por parte de seus moradores, bem como, analisar o processo de construção do Conjunto Marechal Rondon, o qual, além de receber os expulsos do Arraial, passou a abrigar inúmeras pessoas advindas de diferentes comunidades erradicadas pelo Programa Integrado de desfavelamento. Para tanto, utilizamos entrevistas com os antigos moradores do Arraial Moura Brasil, atualmente, habitantes do Conjunto e, também, notícias dos jornais Correio do Ceará e O Povo.

**Palavras-chave:** Favela. Políticas habitacionais. Urbanização.

*Recebido em 3 de janeiro de 2021.*

*Aprovado em 26 de março de 2021.*

CONJUNTO MARECHAL RONDON:  
THE SHELTER OF THE EXCLUDED  
IN THE CITY OF FORTALEZA  
(1972-1979).

ANGERLÂNIA BARROS  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
angel\_htaa@hotmail.com

### ABSTRACT

The 1970s, in the city of Fortaleza, were marked by diversified housing and urban planning that had the importance of organizing and beautifying their urban space, from the removal of many marginalized areas, including Arraial Moura Brasil. Our intention is understood because the process of removal from this place was peaceful, without confrontations or resistance on the part of its residents, as well as, analyzing the process of construction of the Conjunto Marechal Rondon, which, in addition to receiving the expelled from Arraial, past to shelter people from different communities eradicated by the Integrated Program of For this purpose, we used the identification with the old residents of Arraial Moura Brasil, currently, the inhabitants of the Conjunto and, also, news from the newspapers Correio do Ceará and O Povo.

**Keywords:** Favela. Housing politics. Urbanization.

## INTRODUÇÃO

Este artigo trata da “exclusão socioespacial” – entendida enquanto um acontecimento que reflete a prática de segregar, marginalizar e/ou isolar as pessoas que não fazem parte dos mesmos círculos sociais, culturais, econômicos e, sobretudo, espaciais das elites – de grande parcela de moradores da favela Arraial Moura Brasil, por se localizar na parte central e litorânea da cidade de Fortaleza, área de grande valor turístico, imobiliário e econômico. O processo de remoção (despejo com transferência) do Arraial ocorreu nos anos iniciais da década de 1970, quando a capital iniciou a construção de quatro grandes avenidas<sup>1</sup> para desenvolver o seu sistema viário, ao mesmo tempo que erradicava suas favelas.

Os removidos do Arraial Moura Brasil foram transferidos para o Conjunto Marechal Rondon, distante 14 km do Centro de Fortaleza e pertencente ao Município de Caucaia, local, à época, mal equipado de infraestrutura e com condições precarizadas de habitabilidade. Além de receber a população de uma das maiores favelas da capital cearense, esse Conjunto abrigou ainda outras famílias atingidas pelo Programa Integrado de Desfavelamento, projeto de (re) ordenamento urbano e de combate às áreas precárias no período de 1973 a 1980, elaborado no governo do prefeito Vicente Cavalcante Fialho.

Objetivando responder às inquietações sobre a consolidação dessa prática de remoção e, sobretudo, compreender as razões da população removida não ter resistido à expulsão, três fontes foram essenciais: os jornais *O Povo*<sup>2</sup> e *Correio do Ceará*<sup>3</sup>; os relatórios dos planejamentos municipais (Experiência de desfavelamento e Programa Integrado de desfavelamento), bem como entrevistas com os primeiros habitantes do Conjunto Marechal Rondon, os removidos do Arraial Moura Brasil.

A escolha desses dois periódicos se deu pela grande circulação deles em Fortaleza e pela cobertura que deram a obra da Avenida Leste-Oeste, símbolo do progresso e redentora do espaço “invadido” pelo Arraial. Através de suas publicações podemos perceber a construção de uma imagem negativa das áreas pobres da cidade e, concomitante a isto, o quanto o Programa Integrado de desfavelamento foi transformado em algo positivo, urbano e socialmente. Observa-se que o papel dos diários era apresentar aos seus leitores o maior problema de Fortaleza (as favelas) e a solução deste (a intervenção municipal através da “remoção”), bem como exaltar o trabalho municipal de efetivação do desenvolvimento viário, turístico e paisagístico da capital com a extinção desses locais de entrave. Não se pode desconsiderar que ambos os periódicos são canais transmissores de posicionamentos políticos da elite cearense

---

1 Av. Borges de Melo, Av. Leste-Oeste ou Presidente Castelo Branco, Av. Aguanhambi e Av. José Bastos.

2 Fundado em 07 de janeiro de 1928 pelo cearense Paulo Sarasate e por Demócrito Rocha, baiano que adotou o Ceará, tendo aqui se radicado e constituído família, o jornal é atualmente o órgão de imprensa mais antigo ainda em circulação no estado do Ceará. (ALVES, 2010). Seu acervo encontra-se na hemeroteca (microfilmes) da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Espaço Estação, na Praça da Estação com Rua 24 de Maio), bem como no Instituto Histórico de Ceará, localizado na Rua Barão do Rio Branco (próximo à Avenida Duque de Caxias). Algumas notícias estão disponíveis apenas na sede do próprio Jornal, na Av. Aguanhambi, 282.

3 Segundo Geraldo Nobre (2006), o jornal, fundado em 2 de março de 1915, traz interesse pelo noticiário da conflagração mundial, bem como pelas ocorrências da política deveras agitada de então, tornou possível, enfim, a existência no Ceará, do verdadeiro jornalismo, de cunho informativo, preservando a linha noticiosa do “Diário do Estado”, devida a Álvaro da Cunha Mendes, fundador de ambos. O periódico deixou de circular em dezembro de 1982. Seu acervo encontra-se impresso no Instituto Histórico do Ceará, mas de maneira entrecortada, com poucos anos completos e na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (microfilmes).

e, diante de um contexto ditatorial e de forte censura, principalmente após o Ato Institucional nº 5 (13/12/1968)<sup>4</sup>, também serviam para transmitir propagandas positivas das ações dos governantes.

Pelo conteúdo apresentado no “Programa Integrado de desfavelamento de Fortaleza”, conhecemos os dados dos órgãos participantes e suas funções, os seus objetivos gerais e específicos, os locais já mapeados para a futura extinção, os orçamentos financeiros, entre outros. Sua relevância, nesta pesquisa, se dá pela possibilidade de acessar o projeto de forma oficial, analisando a contradição que há entre o seu discurso de benefício social e as suas finalidades urbanas de cunho elitista e exclusivista.

O folheto “Experiência vitoriosa de desfavelamento: Conjunto Alvorada e Marechal Rondon” é uma espécie de relatório de conclusão das primeiras experiências de extinção de favelas e da construção dos dois primeiros conjuntos habitacionais para alojar os “removidos”, o Conjunto Alvorada e o Conjunto Marechal Rondon, entre 1971 e 1974. Por ele, observamos o amadurecimento da política de erradicação, a elaboração de pesquisas socioeconômicas das famílias removidas pelas assistentes sociais da Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF), as primeiras áreas erradicadas e a forma como a prefeitura apresentou tal ação enquanto benefício aos pobres.

Os moradores entrevistados foram escolhidos por serem os primeiros removidos do Arraial Moura Brasil que foram instalados no Conjunto Marechal Rondon e, nesse, residem até os dias atuais. As entrevistas foram realizadas nos domicílios dos entrevistados e gravadas apenas em dispositivos sonoros. Os entrevistados respondiam a um questionário comum, mas também a diversas perguntas surgidas dentro dessa dinâmica. A Sr.<sup>a</sup> Maria Edite Ferreira Dias (86 anos), costureira aposentada, foi um ícone no Conjunto pelo seu trabalho de liderança comunitária, sendo reconhecida por quase toda a vizinhança. Sua ida ao Rondon difere da dos outros entrevistados, pois, de acordo com sua fala, ela se mudou por conta própria e não na condição de “removida”.

Maria Ferreira dos Santos Barros (71 anos), doméstica aposentada, minha avó paterna – cuja história de vida foi a inspiração para a pesquisa, afinal, antes mesmo de eu querer ser historiadora, ela já me contava sobre as suas experiências cotidianas de quando morava à beira-mar –, também nega ser “removida”, mas confirma a obrigação de sair do Arraial para a construção da avenida. Luiza Gomes Pinto (70), doméstica aposentada; Raimunda Leopoldina e Silva<sup>5</sup> (falecida) e Francisco Matias de Souza (75), aposentado, são moradores que, também, atuaram no Mal. Rondon naquele período e apresentam versões e impressões diferentes sobre o processo excludente pelo qual passaram, a começar, pelo reconhecimento de terem sido excluídos.

A causa da “remoção” do Arraial Moura Brasil seria:

O projeto de construção da Avenida Leste-Oeste, ligando a zona portuária de Mucuripe à zona industrial da Floresta/Barra do Ceará, teve como consequência imediata a possibilidade de erradicação dos numerosos mocambos que ocupavam extensa área da orla marítima, na qual famílias constituídas, mas extremamente pobres, coexistiam com a prostituição e elementos delinquentes. Localizava-se esse reduto da miséria e da marginalidade entre as

<sup>4</sup> Ver Capelato (1988).

<sup>5</sup> Quando da entrevista em 09 de agosto de 2014, ela tinha 77 anos. Infelizmente, no ano de 2016, ela foi acometida de *Chikungunya* e faleceu.

ruas Barão do Rio Branco e Padre Mororó, espaço equivalente, em sentido longitudinal, a oito quadras. O trabalho de remoção não abrangeu apenas esse trecho, mas todo o leito da avenida, incluindo as ruas Braga Torres e Marinho de Andrade, trechos do bairro do Pirambu e da Vila Santo Antônio. (FORTALEZA, 1974, p. 15).

O trecho acima representa a principal causa da expulsão de grande parte do Arraial Moura Brasil: abrir caminho para a Av. Leste-Oeste ou Presidente Humberto Castelo Branco (nome oficial). Muitos administradores urbanos de Fortaleza recorriam à construção de avenidas, ao alargamento de ruas, ao embelezamento paisagístico etc., para justificarem suas políticas segregacionistas de retirada de moradores pobres dos locais centrais e valorizados da cidade. A passagem também resume o quanto a imagem pública do Arraial era negativa, apresentada como um lugar sem ordem, lei ou moral. Esses locais são alvos de críticas por se concentrarem muito próximo aos habitantes abastados, os “assustadores e temidos” moradores pobres da cidade. Por isso, geralmente, qualquer plano de erradicação de zonas precárias adquire aceitação e legitimação dos setores altos. Mas, quando a remoção passa a ser lembrada positivamente pelos que foram excluídos, como no caso do Arraial, nós devemos questionar a razão disto.

O “desfavelamento”<sup>6</sup> do Arraial Moura Brasil foi o maior desafio, em termos de proporções quantitativas, para a equipe da Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF), pois no local destinado à construção da Avenida, “entre o Arraial e a Cinza havia 2.540 casas e casebres, ocupados por 15.431 pessoas” (O POVO, 05/10/1974, p. 28). De acordo com o relatório da Prefeitura de Fortaleza, o elevado número de casas a serem demolidas exigiu muito esforço e cuidado por parte dos assistentes sociais, “a fim de que não ficassem problemas pendentes, fosse no tocante às indenizações ou à mudança e reinstalação” (FORTALEZA, 1974, p. 15). Para tanto, a área foi dividida em duas frentes de trabalho, a de moradores considerados favelados e os não-favelados.

A diferença entre as duas divisões, conforme o discurso oficial, estava na situação da moradia, aluguel ou própria, dos habitantes. Os não-favelados seriam aqueles que tinham a posse dos imóveis, ainda que a casa fosse de taipa, madeira ou palha. Depois dessa separação, o tratamento recebido e o órgão responsável pelos trâmites burocráticos também passavam a ser distintos: a FSSF cuidava dos “favelados”, enquanto os outros cabiam à Superintendência Municipal de Obras e Viação – SUMOV. Segundo os jornais *O Povo* e *Correio do Ceará* e os documentos municipais, todos os moradores foram indenizados, “sessenta e três por cento das casas eram alugadas e nas indenizações a Prefeitura contemplou tanto os senhorios quanto os inquilinos” (FORTALEZA, 1974, p. 15); porém, segundo os moradores, isso não ocorreu.

Através das entrevistas, conhecemos que existiam outros aspectos de diferenciação que os faziam ser enquadrados no grupo dos favelados ou não, os quais serão discutidos ao longo do texto. Adianta-se, ainda, a existência de muitas divergências entre o discurso publicado nos meios de comunicação, as ações do governo municipal e as falas dos moradores. Ao contarem sobre suas experiências acerca do Programa, Maria Edite Ferreira Dias e Maria Ferreira dos Santos Barros – duas de nossas entrevistadas supostamente enquadradas na classe dos não-

---

<sup>6</sup> O termo remete à prática de erradicar favelas.

favelados<sup>7</sup> – revelam-nos como, na prática, a Prefeitura tratava a população residente no Arraial ou adjacências de modo distinto, a partir dessa separação.

Ambas moravam em casas próprias, sendo que a de Dona Edite ficava nas proximidades do Arraial, na Rua Gomes Parente, e era de alvenaria, característica que já a fazia ser vista enquanto “mais abastada” pelos seus vizinhos. A maior parte dos habitantes do lugar, até mesmo os residentes em habitações próprias, como Maria Ferreira, tinham suas casas de materiais menos resistentes: “a minha casa lá era de taipa, não tinha muita casa de tijolo, lá era uma beira de praia, chamava de Jacarecanga, mais na frente era o Arraial Moura Brasil, justamente ali perto do Marina Park<sup>8</sup>, naquela descida do Marina, ali que era o chamado Arraial Moura Brasil”.<sup>9</sup>

Toda a área que se estendia pela orla marítima central de Fortaleza, entre as ruas Filomeno Gomes e Barão do Rio Branco, era considerada Arraial, porém, para os moradores do local, bem como para os jornalistas e os governantes, o chamado Curral ou Cinza seria o ponto mais problemático do lugar. Nas notícias dos jornais, faz-se notório o entusiasmo do Prefeito Vicente Fialho com a Avenida que “passaria por cima da ‘Cinza’, de negativas tradições [...] e extirparia um dos mais inflamados cancros sociais de nossa urbe [...] uma das faixas mais preocupantes do chamado baixo meretrício da cidade” (O POVO, 01/10/1978, p. 16).

Para Maria Ferreira, somente a Cinza era o Arraial, por depositar nele todos os valores negativos do lugar, e, apesar de ter habitado esse espaço, ela não se reconhece como parte dele e se esforça para não estar enquadrada entre o “pessoal de lá”:

Agora o Arraial, muita gente queria tirar o Arraial de lá, porque lá era local só de mulher prostituta, então dava muita bagunça, dava morte, lá era local de gafeira, bebedeira, tudo enquanto tinha no Arraial Moura Brasil. Mas era só lá, nós não incomodava muito, porque a gente morava mais lá pra baixo, mas o pessoal que morava dentro, se misturava, né?<sup>10</sup>

Esse não-pertencimento<sup>11</sup> ao Arraial também foi observado na fala de Maria Edite, principalmente quando ela detalha o local em que morava, “lá era beira de praia, uma ruazinha muito estreita, sem calçamento, sem nada, do lado do Moura Brasil que era uma grande favela, né? E ali não tinha vida, ninguém tinha vida”.<sup>12</sup> Observa-se que, semelhante à fala de Maria Ferreira, há também uma preocupação por parte de Maria Edite em não ser associada ao Arraial e isso reflete o grau de estereótipos sobre a região e como ele ainda é representado como um lugar inadequado e adverso.

Segundo os entrevistados, quem morava de aluguel no Arraial não foi indenizado, mas, indenizados ou não, todos os moradores que foram para o Conjunto Marechal Rondon

7 Nenhuma das duas sabia desta divisão (tendo em vista que a metodologia aparece somente no relatório municipal), porém, por suas falas/experiências diferirem em alguns aspectos quando relacionados aos dos outros moradores entrevistados, presumo que ambas fizeram parte deste perfil.

8 A entrevistada se referiu ao Marina Park Hotel, localizado na Avenida Presidente Castelo Branco, no Bairro Moura Brasil. O Hotel foi construído na década de 1980, na área onde antes viviam os moradores de parte do Arraial Moura Brasil.

9 Fala de Maria Ferreira dos Santos Barros (71 anos), removida do Arraial Moura Brasil. Entrevistada em 14 de junho de 2017.

10 Ibid.

11 Segundo Relph (1976), a sensação de não pertencer a um lugar advém da própria ligação com ele.

12 Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias (86 anos), ex-líder comunitária do Conjunto Marechal Rondon. Entrevistada em 09 de agosto de 2014.

tiveram que comprar seu lote para realizarem o sonho da casa própria. Para os que já eram proprietários de uma moradia no Arraial, a nova casa representava a conquista de uma legalidade espacial, devido ao recebimento do título do imóvel. Já para os inquilinos, apesar das péssimas condições de habitação do Rondon, conseguir finalmente alcançar esse objetivo, dava-lhes um sentimento de segurança e de realização, de modo que as lembranças de qualquer adversidade ocorrida no período são logo substituídas pela conquista da moradia:

Antes de vim, eu visitei. Menina, aqui (Conj. Mal. Rondon) era só o matagal, mas eu vim, a casa ia ser minha, né? Eu vim, não ia pagar mais aluguel. Eu queria vim, ter minha casa, né? Foi uma luta, mas agora eu tenho minha casa. A gente sentia saudade (do Arraial), mas a casa não era minha, agora eu teria minha casa mesmo, né?<sup>13</sup>

Todos os entrevistados consideram a habitação a principal vantagem e o maior benefício do Programa de desfavelamento. Assim, para os excluídos do Arraial, possuir uma casa compensou a mudança de espaço e de rotina e/ou a saída de perto do trabalho e de parentes.<sup>14</sup> Com base nisso, entendemos o porquê dos transferidos não se sentirem de todo excluídos, afinal ter um lugar no espaço – possuir uma moradia –, além de ser uma necessidade pessoal e familiar, conferia cidadania e identidade, de modo que, devidamente inseridos no ambiente urbano, eles se sentiam realizados, incluídos e dignos: “só aqui (Conjunto Marechal Rondon) eu virei cidadã”.<sup>15</sup>

Concordando com a socióloga Bader Sawaia, “a sociedade exclui para incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão” (SAWAIA, 2001, p. 8). O sentimento de estarem integrados, devido à aquisição de um imóvel e da saída da irregularidade para a legalidade, oculta (ou torna ameno) o processo excludente por qual passaram. O projeto municipal prometia incluir, mas excluiu, ao retirar os pobres de locais que não condiziam com suas posições socioeconômicas, afastando-os para terrenos longe dos interesses urbanísticos da prefeitura ou das imobiliárias, a fim de esconder resquícios de zonas precárias no espaço urbano planejado de Fortaleza, como vem expresso em seus relatórios:

Favorecer às populações removidas dos núcleos erradicados, condições de moradia salubre em outras áreas da cidade. Áreas essas que se adequem às suas condições socioeconômicas, principalmente no que se referem a capacidade de aquisição do terreno e condiga com o interesse do crescimento de Fortaleza, visando, portanto, uma gradativa integração destas populações aos benefícios de nossa urbanização planejada (FORTALEZA, 1973, s./p.).

Até mesmo essa promessa de oferecer moradia salubre era falsa. Segundo os moradores, o conjunto não dispunha de equipamentos sanitários, como esgoto, ou serviços médicos, logo quando chegaram, em 1973. Ainda assim, a casa própria serviu como o instrumento de convencimento da população pela FSSF. Além disto, a Fundação apoiava-se em seu papel assistencialista para disfarçar o controle espacial da cidade pelos administradores, de modo que o “desfavelamento” não fosse apresentado de forma repressiva. Isto é, o Programa não podia ser “como algo que diz não, que impõe limites, que castiga” (FOUCAULT, 1979, p. 15).

---

13 Entrevista com Raimunda Leopoldina e Silva (falecida). Morou no Arraial Moura Brasil e no Conjunto Marechal Rondon. Entrevistada em 09 de agosto de 2014.

14 Muitos deles comentam ter parentes que moram, ainda hoje, em bairros próximos ao antigo Arraial, como o Pirambu, a Jacarecanga etc.

15 Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias. (*Op. cit.*).

Ao contrário, conforme Rios (2001), o controle mais apropriado é a assistência social, em outras palavras, quando ele se reveste de amparo para ocultar a exclusão.

### **POR QUE OS MORADORES DO ARRAIAL ACEITARAM A REMOÇÃO?**

Através das publicações dos jornais e as falas dos moradores, percebem-se três fatores ou razões que colaboraram para a aceitação (ou até mesmo desejo) do público-alvo do Programa à remoção: o estigma, os problemas e o tempo.

No fator estigma, podemos incluir a questão do não-pertencimento do Arraial como local de moradia por parte de seus antigos habitantes. Essa negação do lugar, provavelmente, é fruto do discurso oficial sobre aquele espaço, que sempre procura incutir no removido um imaginário de vergonha e repulsa de se morar em casebres e favelas (MONTENEGRO, 1994). Soma-se a isto, a classificação dos jornalistas quanto à área Cinza ser o pior lugar da região, bem como danosa para as localidades vizinhas: “o casario necrosado tinha uma existência enferma. O povo queria desfrutar a vida, mas não podia. A Cinza, principalmente a Cinza, problema crucial e vergonhoso para uma cidade moderna, comprometera a existência da Braga Torres e do próprio Arraial Moura Brasil” (CORREIO DO CEARÁ, 05/10/1974, s/p. Edição Especial).

A afirmação de que “o povo queria desfrutar a vida, mas não podia”, presente na citação acima, também é constante nas falas dos ex-moradores do Arraial. Eles lembram do Moura Brasil como um lugar de incertezas e de limitações, “ali não tinha vida, era uma favela”<sup>16</sup>. Residir no Arraial significava carregar o estigma de ser um favelado, pois era assim que os jornais, o Programa de desfavelamento, os administradores urbanos e os outros cidadãos os enxergavam. Logo, entende-se o porquê do empenho deles em negar que moravam no Arraial. Como aponta Montenegro, ao abordar o contexto de expulsão dos moradores do bairro de Casa Amarela, em Recife-PE, essa recusa ao lugar também ocorria devido aos programas de erradicação de favelas reforçarem e se utilizarem desse aspecto a fim de garantir a saída pacífica (ou desejada) da população:

Ocupar uma moradia classificada de mocambo era vivenciar a perda iminente do lugar de viver e, sobretudo, à execração pública. Esse tipo de moradia começava a ser associado ao perigo constante de destruição de tudo que uma família havia construído. No entanto, trabalhava-se o imaginário coletivo de maneira que a moradia passasse a ser rejeitada pela própria população que a construía, como forma de quebrar o moral e a resistência populares. (MONTENEGRO, 1994, p. 121).

Além disto, o elemento do Arraial mais lembrado e criticado em todas as entrevistas era a prática do meretrício. Para Raimunda Leopoldina, uma das moradoras que entraria no critério de favelada de acordo com o Programa, sair do Moura Brasil representou o alívio de não criar os filhos perto de mulheres cuja profissão é “condenada”: “onde eu morava, lá no Arraial, era de frente a uma casa de prostituta, não queria meus filhos que eles crescessem ali, não. Eu gostei daqui (Rondon), por causa disso”.<sup>17</sup> O preconceito contra esse modo de vida também se fez presente nos jornais, mostrando a repulsa e a segregação de muitas delas que

---

16 Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias. (*Op. Cit.*).

17 Entrevista com Raimunda Leopoldina e Silva. (*Op. Cit.*).

vieram ao Conjunto Rondon ou ao Parque Guadalajara<sup>18</sup>, também no Distrito de Jurema: “as prostitutas oriundas de Cinza, “curral” como dizem alguns, não gozam de prestígio junto às famílias” (O POVO, 03/05/1973, p. 12).

Apesar de as famílias e essas mulheres terem habitado o mesmo local durante anos, apresentarem condições econômicas, sociais e culturais semelhantes, e terem sido excluídas socioespacialmente pelo mesmo processo de remoção, eram as profissionais do sexo as mais isoladas e estigmatizadas. Todavia, se para os depoentes, a pior característica do Arraial era a presença do meretrício, para o discurso oficial e público, todos os habitantes do lugar eram responsáveis pela má imagem da favela: “casas que eram ocupadas por pobres famílias, prostitutas e gente desocupada, que formavam o mais miserável aglomerado humano da capital” (O POVO, 20/02/1973, p. 12).

Na prática, ainda que alguns moradores tenham recebido um melhor tratamento, para o Programa, nenhum deles era considerado especial, todos tiveram que sair. Entretanto, o desprezo pelas mulheres “da vida” funcionava como uma válvula de escape ao estigma atribuído à área. Isto ocorre porque alguns indivíduos dentro da sociedade passam a segregar aqueles que não compartilham de seus padrões (cristãos, moralizadores e normatizadores). Como aponta o sociólogo Erving Goffman, “[...] em muitos casos, aquele que é estigmatizado num determinado aspecto exhibe todos os preconceitos normais contra os que são estigmatizados em outro aspecto [...]” (1988, p. 149), a exemplo do caso de algumas “prostitutas” do Arraial terem sido impedidas de ir ao Conjunto Marechal Rondon por não serem “bom exemplo” para as famílias:

Com raras exceções, todos os moradores da Cinza, que vive os seus últimos momentos, estão satisfeitos com a sua remoção para outros pontos da cidade, principalmente os conjuntos Marechal Rondon e Alvorada, implantados pela Prefeitura Municipal, para alojar as famílias deslocadas daquele antro de vício, marginalização e prostituição. Para evitar que o extermínio de Cinza resulte apenas na transferência de local de uma zona de prostituição, a Prefeitura Municipal não incentiva a ida de mundanas, para esses conjuntos, onde são recebidas e assistidas unicamente as famílias que levam vida normal, muito embora tenham convivido durante anos, em plena central de prostíbulos. (CORREIO DO CEARÁ, 23/02/1973, p. 3).

O segundo fator listado – problemas – também contribuiu bastante para a retirada “vitoriosa” do Arraial. Ao perguntarmos sobre qual a pior adversidade de se morar no Arraial, o mar aparecia logo em seguida à prostituição. Fez-se esse questionamento tanto para conhecer se eles realmente consideravam ruim residir lá, como aparece nos jornais e nos documentos municipais, quanto para identificar se as imagens negativas do Arraial produzidas pela mídia são reproduzidas pelos moradores, mesmo que eles não tivessem o hábito de ler jornais (ou de ter acesso a eles), pois muitos nem eram alfabetizados<sup>19</sup>. Nossa conclusão é que a sociedade fortalezense, inclusive os marginalizados, compartilhava dessa visão pessimista sobre a área em questão, entretanto, alguns aspectos desagradáveis – como “as cheias” do mar – não eram

---

18 Este bairro, localizado próximo ao Conjunto Rondon, foi uma segunda alternativa de moradia para os expulsos de muitas favelas de Fortaleza, como as da Av. Aguanambi e da José Bastos, bem como do Arraial. A diferença é que nesta área a maioria dos terrenos era vendida pela Imobiliária Fiúza, ao contrário do Rondon, em que os lotes eram de responsabilidade da Prefeitura de Fortaleza, através da Fundação.

19 Segundo o relatório da Fundação do Serviço Social, “o índice de analfabetos superava os 60 por cento [...]” (FORTALEZA, 1974?, p. 26). Também perguntávamos aos entrevistados se eles sabiam ler ou tinham o costume de ler jornais e a resposta, de ambas as perguntas, era quase sempre negativa.

retratados pela imprensa:

Aquela extensa zona da cidade, principalmente a da orla marítima, sempre figurou nos noticiários como região problema, pela extrema pobreza que caracterizava a vida de milhares de pessoas que ali tinham o seu habitat. Antro de prostitutas, de maconheiros, de ladrões eram alguns dos epítetos que a imprensa diariamente vomitava, diante da maré alta das ocorrências que faziam famosa a história da Vila Santa Terezinha, Pirambu e zonas adjacentes, que se estendiam mais para longe. (CORREIO DO CEARÁ, 19/02/1979, p. 12).

Essa publicação exalta o que o Arraial representava para quem não o habitava, ou seja, ela era destinada a parte da cidade interessada pelo fim do aglomerado. Desse modo, ganhavam atenção máxima dos meios de comunicação todas as questões negativas que afetassem direta ou indiretamente os cidadãos “bem localizados” ou as logísticas imobiliárias e urbanas. Assim, entende-se a razão dos problemas internos do Arraial Moura Brasil, como a invasão dos casebres pelo mar, não serem noticiados.<sup>20</sup> Afinal, o mar era um incômodo somente para os chamados favelados, isto é, algo que pouco preocupava ou atingia o resto da população da capital, logo, não precisava ser publicado. Caso contrário, se as “cheias” causassem algum transtorno externo que incomodasse os outros setores sociais, elas certamente apareceriam nas matérias jornalísticas:

O mar destruiu, na última segunda-feira, vários casebres do Poço da Draga e da Praia de Iracema [...] o calçadão construído pela Prefeitura Municipal, na Avenida Presidente Kennedy, proximidades do Esplanada Hotel, também ficou danificado pela fúria das águas [...] o local mais atingido foi a parte da Avenida Aquidaban<sup>21</sup> no cruzamento com a Barão de Aracati, bem próximo ao comercial clube. Casebres que estavam localizados na beira da praia foram completamente destruídos, e várias famílias estão desabrigadas [...] a ressaca trouxe também muita areia para a Avenida Aquidaban, o que provocou atolamento de veículos. (O POVO, 28/02/1979, p. 16).

Morar próximo ao mar acarretava muita insegurança para os moradores, de modo que o medo de perder o pouco que possuíam transformou a “remoção” em esperança, uma forma de garantir o futuro: “o que deu bom pra gente ter saído de lá, é porque o mar tava tomando tudo, então quando eles vieram já pra tirar a gente, a gente já tava precisando mesmo de sair. Porque ou a gente saia pela indenização ou o mar mesmo derrubava as casas”.<sup>22</sup> Dessa forma, o Programa Integrado de desfavelamento foi visto por muitos residentes do Arraial enquanto uma ação extremamente providencial e, portanto, corresponde a mais uma das razões de sua tranquila retirada. Além disto, a maré não era apenas sinônimo de destruição, ela também significava a origem ou a piora de enfermidades:

Me avexei mesmo e até achei bom sair da beira da praia, foi a minha saúde e a saúde dos meus filhos, que lá tudo cansavam, qualquer gripezinha, tavam cansados, eles não estavam se dando com a maresia que já tava batendo no fundo das casas. Minha casa mesmo uma vez foi alagada pelo mar. O mar encheu e invadiu as casa tudo.<sup>23</sup>

20 Não achamos nenhuma notícia sobre enchentes marítimas no Arraial Moura Brasil durante a pesquisa hemerográfica, apenas uma matéria acerca de um problema parecido, mas em outra comunidade: “O Prefeito Vicente Fialho esteve na manhã de ontem no Lagamar, para sentir de perto a gravidade da situação do povo que ali vive, com o advento da época invernos [...] a grande providência, todavia, será a remoção das famílias mais atingidas pelas enchentes [...]” (CORREIO DO CEARÁ, 16/03/1974, p. 3).

21 Atual Avenida Historiador Raimundo Girão, localizada na Praia de Iracema.

22 Entrevista com Maria Ferreira dos Santos Barros. (*Op. cit.*).

23 Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias. (*Op. cit.*)

A má qualidade das habitações, a presença do meretrício e os problemas advindos do mar foram aspectos decisivos para a renúncia quase imediata da população de continuar a viver no Moura Brasil. Os entrevistados negam a existência de algum movimento de resistência à remoção ou algum tumulto no dia da transferência: “ninguém saiu ‘na marra’<sup>24</sup> não, a Fundação chegava, trazia os carros e o pessoal derrubava as casas e trazia as coisas, você ainda trazia o material.”<sup>25</sup> Ou seja, eles eram expulsos da área de forma muito organizada e calma, toda a violência presente nos dias fatídicos (a área foi removida em diversas etapas) deu-se, utilizando o termo de Pierre Bourdieu (2010), simbolicamente.

A “violência simbólica” desta remoção se iniciou com o trabalho de convencimento da FSSF, os assistentes sociais atraíam os moradores com as “vantagens” do conjunto habitacional e, conseqüentemente, disfarçavam as intenções do governo municipal de transformar/melhorar a área em questão, para trazer “muito progresso” à cidade, mas quase nenhum aos seus antigos habitantes. Não houve confronto nos dias de retirada, contudo, eles eram agredidos simbolicamente ao presenciarem a rápida derrubada de suas casas enquanto estavam ocupados em levar, para o futuro, o que era permitido aproveitar do passado (móveis e/ou material de construção). Pois, as lembranças do lugar deviam ser destruídas conforme o avanço dos tratores e, para evitar qualquer saudosismo ou arrependimento na hora da mudança, eles precisavam ter a certeza do Arraial em ruínas e a imagem dos escombros.

Quanto ao fator tempo, a socióloga Irllys Barreira, em seu livro “O reverso das vitrines”, analisou a resistência da favela José Bastos, também em Fortaleza, tentando entender por que seus moradores se dispuseram, mesmo com uma experiência curta de moradia (seis meses), a lutar tanto pela área em questão (BARREIRA, 1992). Tal inquietação foi pertinente por incentivar outras reflexões: sabendo que o Arraial Moura Brasil existia desde o final do século XIX, enquanto a José Bastos somente há meses, o que explica a não resistência em sua remoção? Pois, se levarmos em conta o tempo de duração das favelas como o motivo de seu enraizamento na vida dos moradores, aquela era quem deveria ter sido palco desse evento. Supõe-se, então, que foi justamente o tempo o motivo para a falta de resistência. Em outras palavras, o longo período de existência do Arraial e, assim, de suas adversidades, nutriam os moradores de insatisfação, vendo os anos passarem e nada mudar (ou piorar).

O contexto político, durante a remoção de ambas as favelas, também influenciou bastante na passividade de uma e na resistência da outra. De acordo com Carvalho (2016), a Ditadura Militar pode ser dividida em três fases: a primeira (1964-1968) caracterizou-se por um período de instabilidade, tanto no poder político e repressivo quanto nas questões econômicas; a segunda (1968-1974) foi a época mais “sombria” da história do país, no que se refere à perda de direitos civis e políticos, por outro lado, o crescimento econômico também atingiu índices elevados, ainda que as camadas mais baixas não tivessem sido tão contempladas; a terceira (1974-1985) foi a fase de abertura política e dos movimentos contra o fim da Ditadura e a volta da democracia, bem como da desaceleração econômica.

Sabendo disso, percebemos que a remoção do Arraial Moura Brasil ocorreu no período em que a máquina repressiva militar não permitia qualquer mobilização ou ideologias

---

<sup>24</sup> A expressão “na marra” tem sentido de à força, obrigado, coagido.

<sup>25</sup> Fala de Luiza Gomes Pinto, antiga moradora do Arraial Moura Brasil, atual habitante do Conjunto Marechal Rondon. Entrevistada em 31 de julho de 2016.

contrárias ao governo. Além da forte censura aos meios de comunicação, “o Exército criou agências especiais de repressão [...] que ficaram tristemente conhecidas pelas siglas DOI-CODI<sup>26</sup>” (CARVALHO, 2016, p. 167) e existia muito controle sobre os sindicatos, partidos, instituições públicas. Possivelmente, qualquer resistência ou organização de oposição às medidas governamentais seriam reprimidas e silenciadas. Contexto muito diferente do despejo da José Bastos, período de ascensão dos movimentos sociais e do abrandamento do autoritarismo violento dos anos anteriores. A questão eleitoral também interferiu na distinção da saída dessas duas comunidades. Ao passo que na José Bastos o processo de retirada iniciou-se em ano de eleições (1978), atraindo vários políticos e candidatos a essa causa – isso proporcionou a organização da população e o fortalecimento do movimento – devido à busca pela promoção pública; a retirada do Arraial ocorreu entre anos de menor movimentação política (final de 1972-começo de 1974), ou seja, “nessa época não aparecia político.”<sup>27</sup> Se eles não tinham apoio de nenhuma liderança política de oposição ao prefeito ou a quem recorrer, fora a FSSF, como eles teriam as suas vozes ouvidas e defendidas?

Teve muita gente que tava lá que ficaram revoltado, principalmente quem tinha sua casinha própria mesmo, bem feitinha, em cima uma da outra, mercearia, né? Muita gente não queria sair daquele local, porque era um local que a gente já era acostumado. Tinha muita gente que nasceu e se criou lá e ninguém queria sair. Só teve a reclamação de morador um com outro, “olha, a gente vai sair daqui por quê? A gente tá tão bem”.<sup>28</sup>

A citação acima indica que existiram pessoas desfavoráveis ao “desfavelamento” do Moura Brasil, entretanto as críticas eram feitas somente entre eles. De acordo com os moradores, ninguém ousou contestar a Prefeitura e não houve nenhum indício de reação por esse motivo, no máximo, ocorreu algum protesto acerca do valor irrisório da indenização. A não participação de alguns segmentos como os universitários, o governo estadual, os políticos, a Arquidiocese etc., na saída do Arraial, pode ser explicada, através da Avenida Leste-Oeste. A sociedade fortalezense estava convencida “das inúmeras influências benéficas de aspecto social, como o saneamento de uma das áreas mais pobres e difíceis da cidade e a oferta de novas e melhores condições de vida a seus habitantes” (CORREIO DO CEARÁ, 28/08/1974, p. 8), portanto, não havia motivos para serem contrários a essa erradicação.

### CONJUNTO MARECHAL RONDON: O LUGAR DOS EXCLUÍDOS

A remoção do Arraial Moura Brasil para o Conjunto Marechal Rondon foi emblemática por ser um exemplo de como o governo cria estratégias para convencer a população da extrema necessidade de fazer a cidade progredir, de acordo com seus padrões, e de como esse progresso servirá a todos, mesmo não servindo. A remoção, como vimos, era apresentado como uma política de urbanização e de assistência social, uma ação que “visava humanizar e integrar” o crescimento da capital: a cidade cresceria para todos. Mas nem todos foram retirados, afastados e escondidos em conjuntos distantes das áreas centrais, nem todos usufruíram das mudanças, nem todos estavam incluídos – apesar de sentirem-se assim: “vim ao Conjunto foi a maior benção que eu já recebi, foi essa moradia aqui. Porque lá (Arraial), a

<sup>26</sup> Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna.

<sup>27</sup> Entrevista com Maria Ferreira dos Santos Barros. (*Op. cit.*).

<sup>28</sup> *Ibid.*

gente não gozava muita coisa não”.<sup>29</sup>

A fala de Maria Edite contempla toda a nossa análise sobre a saída pacífica dos moradores do Moura Brasil: o anseio pela casa própria e o desejo de escapar dos problemas do lugar. Porém, ao comparar o conjunto e a favela, ela parece esquecer que o Marechal Rondon reproduziu muitas das dificuldades presentes no Arraial, bem como várias deficiências estruturais não vivenciadas anteriormente e toda a luta da população e da própria ex-líder comunitária para equipá-lo, considerando apenas as mudanças positivas e o crescimento urbano visível nele hoje, depois de mais de 40 anos:

Depois que eu cheguei aqui, eu passei a me entrosar com o povão que vinha chegando, inclusive eu fiquei líder disso aqui, né? Passei a ajudar as famílias, assim, apoiando as famílias que vinham pra cá e, assim, o tempo passou e hoje a gente tá vendo esse grande conjunto que eu vi se levantar tudo do nada.<sup>30</sup>

Esse sentimento de inclusão, de legitimidade ou de reconhecimento positivo do Programa Integrado, tornou-se a nossa questão central por toda a pesquisa. A Prefeitura de Fortaleza afirmou ser “vitoriosa” ao realizar a erradicação de muitas favelas da capital. Contudo, o êxito não se deu somente pelas experiências pacíficas e organizadas, como vem expresso no relatório municipal (FORTALEZA, 1974). Os prefeitos, o projeto e os órgãos envolvidos obtiveram sucesso nessa empreitada justamente, por conseguirem ser lembrados enquanto incluídos.

Todavia, segundo os apontamentos de Alistair Thomson (1997), a memória é mutável, principalmente, em relação ao tempo. A remoção do Arraial ocorreu quatro décadas antes das entrevistas, isto é, depois de muitas das deficiências do Conjunto Mal. Rondon terem sido resolvidas, muitas das lutas adormecidas e muitas mudanças realizadas. Os moradores se sentem incluídos por considerar a realidade atual enquanto parâmetro. Dessa forma, presume-se que caso eles fossem indagados imediatamente após a transferência para o Marechal Rondon, as falas teriam outro teor. Pensando nisso, tentamos conhecer as experiências iniciais desses moradores ao chegarem ao Conjunto com o objetivo de perceber as adversidades pelas quais passaram e os benefícios conquistados por meio das lutas.

A casa própria tornou-se a principal vantagem ofertada pelo Programa Integrado de desfavelamento, o elemento que trazia a sensação de inclusão aos excluídos: “eu queria vim, ter minha casa, né? Foi uma luta, mas agora eu tenho a minha casa”.<sup>31</sup> Se a Sra. Raimunda queria ou não ir ao conjunto é questionável, mas que aceitar ir ao Rondon foi a opção mais rápida para ela – mãe de quatro filhos em 1973 e trabalhando ela e o marido como empregados domésticos – de possuir uma moradia, assim como vários outros moradores pobres daquela área, isto é quase incontestável. Ainda que ela tenha comprado seu lote e depois tenha se esforçado para construí-la, na sua memória, a sua casa foi um presente do Programa: “vim pra cá, foi bom. Criei meus filhos, ganhei minha casa, tô terminando ela, um dia eu termino”.<sup>32</sup>

Essa fala também aponta o seu perfil de carência econômica, pois, mesmo passados quarenta anos, a sua casa no conjunto ainda não estava “terminada”. Suas poucas condições financeiras também são percebidas quando ela conta que habitava no Arraial devido aos

---

<sup>29</sup> Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias. (*Op. cit.*).

<sup>30</sup> *Ibid.*

<sup>31</sup> Depoimento de Raimunda Leopoldina e Silva. (*Op. cit.*).

<sup>32</sup> *Ibid.*

baixos preços de locação de imóveis: “Eu sou de Crateús, não, eu nasci em Ararendá, aí fui pra Crateús. Aí eu fui pra lá, pro Arraial. Quando eu fui pra lá, eu tava empregada na casa da minha patroa em Jacarecanga, eu dormia lá, quando eu saí de lá, eu fui pro Arraial, a casa, o aluguel era barato, fiquei lá”.<sup>33</sup>

A entrevista de Raimunda Leopoldina ainda demonstra a necessidade de migrar para Fortaleza devido às secas, a pouca oferta de emprego no interior e a busca por melhoria de vida. Tanto Ararendá como Crateús fazem parte da Mesorregião dos Sertões cearenses<sup>34</sup>, portanto, são cidades que vivem longos períodos de escassez de chuvas. Percebe-se, também, como a ida a capital não era a alternativa imediata dos sertanejos, pois, antes de migrar para o litoral, sua família “tentou a sorte” em um município próximo a sua cidade natal. Não sabemos em que ano ela chegou ao Arraial, mas ela foi mais uma das pessoas que pela má distribuição de renda e pelas péssimas condições climáticas, abandonou sua terra com a esperança de ter mais oportunidades.

### AS DEFICIÊNCIAS DO CONJUNTO MARECHAL RONDON

Analisando as informações contidas no relatório pessoal<sup>35</sup> da experiência de trabalho de uma assistente social da FSSF, Antônia Erika Mota, que atuou na “remoção” do Arraial, observamos que o Conjunto Marechal Rondon era quase uma zona rural, inexistindo infraestrutura, fossas sanitárias, energia elétrica e água potável (MOTA, 1972). No texto, a assistente desconstruiu todo o discurso falacioso do projeto municipal, em assegurar ascensão social aos moradores, apontando que no Mal. Rondon, além dos problemas já mencionados, havia a dificuldade de transportes, a falta de policiamento e, sobretudo, de “um preparo básico, que deveria ter sido empreendido junto aos remanejados antes da remoção de modo a possibilitar uma visão concreta dos problemas que iriam enfrentar” (MOTA, 1972, p. 38). Essas deficiências no Rondon não foram resolvidas rapidamente. O jornal *O Povo*, em 1976, quatro anos depois da primeira chegada de moradores ao conjunto, ainda noticiava os problemas estruturais e sociais existentes no lugar, de modo que o Arraial aparecia como um local melhor que ele:

O conjunto Rondon continua problemático. A mesma pobreza existente no Arraial, ali permanece, os barracos também continuam, se bem que alinhados; o policiamento decresceu, em se comparando o Arraial que tinha sub-delegacia com o Conjunto Rondon que não possui um único policial; a deficiência das escolas é notada – só existe uma, no Centro Social Economista Rubens Costa, embora em boas e amplas instalações; o transporte é o mais caro de Fortaleza, embora sirva sua zona mais pobre; energia elétrica só alcança 20% do conjunto [...] para estes moradores, os problemas mais cruciais são falta de escolas, policiamento, energia elétrica, transporte, abastecimento, água, atendimento médico e dentário, entre outros [...] (O POVO, 03/10/1976, p. 12).

Através dessa citação, vemos a permanência ou o acréscimo de adversidades vivenciadas pelos excluídos. A maioria das deficiências existentes no Rondon nesse período não fazia parte

---

<sup>33</sup> *Ibid.*

<sup>34</sup> O Estado do Ceará divide sua região sertaneja em quatro áreas: Sertão de Crateús, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Quixeramobim e Sertão de Senador Pompeu.

<sup>35</sup> Antônia Erika Mota fez da sua experiência de implantação do Conjunto Marechal Rondon, o seu Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Contudo, há uma desavença entre a data de publicação expressa no texto (1972) e a formação do Rondon (1972-1974).

da realidade do Arraial Moura Brasil e o “choque” da mudança de um local para o outro fez surgir vários elogios por parte dos “removidos” à área antes “condenada”: “Não gostei quando eu cheguei, aqui (Rondon) era só mato, não tinha luz, não tinha água, no Arraial tinha luz, água, tudo tinha, era tipo uma cidade lá”.<sup>36</sup> Comparando a fala e a notícia acima, julgamos que a exclusão socioespacial dessas pessoas não se deram apenas pela questão da distância, pois a Prefeitura também os privou dos serviços e dos equipamentos básicos urbanos.

O período de privação do fornecimento de energia elétrica e do abastecimento de água no Conj. Rondon não se prolongou devido à organização popular. A antiga líder comunitária, Maria Edite conta sobre suas visitas à Prefeitura para reivindicar melhorias: “Quando chegamos aqui não tinha água nem luz, aí eu fui levar chá de cadeira na Prefeitura de Fortaleza, com o Prefeito Vicente Fialho, era o da época”.<sup>37</sup> Não houve muita reclamação durante as entrevistas sobre a questão da água, pois quase todos os moradores construíram cacimbas em suas casas, mas eles sempre exigiram do governo a “água encanada”. As cacimbas foram tão importantes, que, segundo as falas, elas eram, depois da construção do “barraco”, a segunda prioridade. Para Maria Edite, o fato de o “terreno ser muito molhado” facilitou a proliferação de poços no conjunto e, conseqüentemente, reduziu as filas de pessoas no chafariz público instalado pela Prefeitura.

Consoante a assistente social supracitada, o Marechal Rondon tinha como problema mais grave o aspecto sanitário, pois “desprovido de saneamento básico, seus moradores não possuem fossas, esgotos ou áreas isentas de micróbios, agravado este estado pelas sub-habitações” (MOTA, 1972, p. 21). Diante disto, a FSSF tentou financiar aparelhos sanitários para os moradores, porém, devido à renda insuficiente deles o projeto foi abandonado, pois não era possível eles conciliarem o pagamento dos lotes e dos “vasos” (MOTA, 1972). Desse modo, o “crescente amontoado de excremento e lixo depositados nos terrenos ainda não ocupados ou no próprio quintal das casas” (MOTA, 1972, p. 21) motivou as primeiras desavenças entre os vizinhos:

Quando eu vim, eu primeiro mandei limpar o quintal, criatura, a “ruma” de estrume misturado com merda aí da vizinha, dessa altura assim, uma coisa horrível. Aí eles ficaram foi tempo botando água no rego que passava aqui por dentro do meu quintal, né? Aí eu reclamei, porque assim também não pode, né? Eu paguei pra limpar e ficar numa situação dessa?<sup>38</sup> (MOTA, 1972, p. 21)

De acordo com outro relatório de trabalho da também assistente social Nazira Lima (1972), a limpeza do terreno no conjunto ficava a cargo do morador, por isso eram comuns as queixas contra a falta de higiene dos residentes mais próximos. Porém, a ausência de saneamento não causava apenas discussões na vizinhança, ela também acarretava “a proliferação de doenças como: verminose, úlceras na pele, gripes, tuberculose, difteria e doenças de origem nervosa”<sup>39</sup> (MOTA, 1972, p. 21). Se existe epidemias, o poder público deve aumentar os serviços de saúde, mas não foi o que ocorreu no conjunto: “a assistência recebida pelos moradores neste setor é prestada por um médico e um enfermeiro, em ambulância volante da Secretaria de Saúde do Município, que faz um giro de oito em oito dias pelos subúrbios mais distantes”

---

36 Entrevista com Maria Ferreira dos Santos Barros. (*Op. cit.*)

37 Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias. (*Op. cit.*)

38 Entrevista com Raimunda Leopoldina e Silva. (*Op. cit.*)

39 A autora se referia aos distúrbios mentais.

(MOTA, 1972, p. 21). Em outras palavras, o atendimento era superficial e havia distribuição de remédios apenas contra verminoses, características que iam de encontro ao apresentado pelos jornais:

A Prefeitura Municipal de Fortaleza, além da indenização do barraco ao preço real e justo, oferece um terreno de 10 x 20 m nos conjuntos Marechal Rondon e Alvorada onde todos podem construir sua casa própria, desfrutando de uma infraestrutura desconhecida na favela, além de terem posto médico funcionando diariamente, com médico e enfermeiro e distribuição gratuita de medicamentos, grupo escolar municipal, chafariz com água farta, energia elétrica na porta, transporte coletivo e toda assistência da Prefeitura Municipal. (CORREIO DO CEARÁ, 23/02/1973, p. 3).

Da notícia acima, somente o tamanho dos lotes é ratificado pelos entrevistados, todas as outras características existiam apenas na teoria, na propaganda. Logo, percebe-se o quanto os meios de comunicação distorciam a realidade vivida por esses moradores, tanto para garantir a imagem benéfica do programa municipal e de seus conjuntos como para não “atrapalhar” a aceitação desses por habitantes de outras áreas a serem extintas. Outra adversidade enfrentada pelos habitantes do Conjunto Marechal Rondon eram os alagamentos no período invernosos ou a utilização indevida de córregos poluídos:

Numa parte do terreno, alagadiço, não ocupado ainda porque é brejado e por onde, no inverno, corre um pequeno riacho, serve para a população retirar a água de um buraco cacimba. A qualidade do líquido, escuro e lamacento, oferece uma visão, para qualquer leigo, do excesso de contaminação. Lá, a água é retirada para beber e, ao lado, mulheres lavam roupa e a espuma do sabão misturada com a sujeira das roupas segue de volta para o mesmo poço. As crianças, enquanto suas mães trabalham na lavagem das roupas, brincam e “tomam banho” na água poluída. (O POVO, 03/10/1976, p. 12).

Observe que a matéria foi produzida em 1976, ou seja, há mais de dois anos da finalização da construção do lugar. Não vimos nenhuma publicação dessa natureza crítica sobre o Rondon entre 1972 e 1974, período de convencimento dos moradores do Arraial em irem ao conjunto, pois, o local deveria ser apresentado como vantajoso, equipado, perfeito. Vale ressaltar que essa “omissão” da mídia estava relacionada à censura e ao controle dos militares, quando toda publicação passava pelos censores do governo antes de ser levado ao público e “com frequência, mandava instruções sobre os assuntos que não podiam ser comentados e nomes de pessoas que não podiam ser mencionados” (CARVALHO, 2016, p. 166). Uma das divergências entre o discurso da mídia (oficial), durante a instalação do Rondon, e as experiências contidas nas outras duas fontes é a questão do transporte. Nos jornais, o conjunto tinha uma estrutura completa de transporte, já na fala dos assistentes, observamos o contrário:

O bairro era servido por uma estrada de ferro com trens escassos e irregulares, havendo uma estrada de rodagem passando em frente ao conjunto, porém dado o seu isolamento apenas raras “lotações”, que partiam dos subúrbios mais próximos, faziam o percurso duas vezes por dia até a entrada do conjunto. (MOTA, 1972, p. 19).

De acordo com nossas fontes supracitadas, no Conjunto Rondon existia o serviço de trem e ônibus. Todavia, pela passagem acima, o trem só funcionava duas vezes ao dia, certamente para levar e trazer os trabalhadores e os estudantes. O ônibus, segundo a assistente social Mota (1972), rodava cinco vezes por dia, porém, de acordo com os entrevistados, o ônibus

também só viajava em dois horários, um pela manhã e um à noite. Dona Raimunda diz que “o transporte era bom, tinha o trem, o ônibus, só duas vezes por dia”.<sup>40</sup> Para ela, os serviços de locomoção eram bons porque garantiam a ida e a volta do trabalho, todavia, era preciso moldarem-se aos horários dos trens e dos ônibus, a fim de não perderem a hora do expediente ou de retornar para a casa.

De acordo com Dona Maria Edite, “o melhor transporte que tinha era o trem”<sup>41</sup>, provavelmente porque ele era o meio mais rápido para chegar ao Centro de Fortaleza, pois as estradas onde circulavam os ônibus eram calamitosas e a buraqueira, predominante (O POVO, 08/04/1979, p. 9). Além disto, o trem era mais vantajoso porque os deixava na Praça da Estação, onde existe a Antiga Estação João Felipe<sup>42</sup>, local muito próximo do que antes correspondia ao Arraial Moura Brasil. Portanto, a parada contribuía com o percurso (a pé) que eles faziam para ir à Aldeota, à Praia de Iracema etc., onde muitos trabalhavam em serviços domésticos. O ônibus, por sua vez, parava na Praça do Carmo, localizada na Av. Duque de Caxias, distante mais de 1 km da Av. Leste-Oeste. Ir trabalhar de trem também era uma forma de economizar, pois a passagem era mais barata.

Entre todas as dificuldades ainda presentes no local, a situação do transporte era uma das mais problemáticas. Pois, além de ser oneroso, o itinerário era reduzido, sobretudo, no horário noturno: “dois ônibus por noite a disposição daqueles que precisam ir ao centro. Qualquer necessidade fora deste horário (21 horas), é impossível de ser atendida” (O POVO, 03/10/1976, p. 12). De acordo com a publicação, existia ainda o preconceito com a área:

Além da deficiência do transporte coletivo, não existe táxi. Os motoristas não apanham passageiro se este diz que vai para o Conjunto Rondon, alegando dois motivos: podem ser assaltados e a certeza de voltar “batendo” (com defeito) [...] O interior do conjunto não possui uma única rua calçada. O melhoramento só atingiu a avenida que lhe serve de entrada. O calçamento nesta avenida, a Dom Lustosa, está em péssimo estado de conservação [...] (O POVO, 03/10/1976, p. 12).

Para muitos, essa necessidade de utilizar transportes públicos se iniciou com a mudança para o conjunto e isso foi uma das características mal vistas pelos transferidos: “por mim, eu não queria sair de lá, porque a gente não queria sair de lá, porque pra ir pro centro, ninguém apanhava ônibus, a gente ia a pé, levava o menino no posto pra se consultar, no hospital, tudo ali por dentro do Arraial Moura Brasil, a gente ia a pé”.<sup>43</sup> Portanto, a reclamação não incide somente devido ao uso (ou gasto) dos meios de mobilidade, o problema estava na obrigatoriedade de ir ao Centro da capital para usufruir dos equipamentos (escola, hospital, trabalho, lazer) que ainda não existiam no Rondon, apesar das inúmeras promessas de melhorias desde a sua inauguração.

Ainda que pertencesse ao Centro Comunitário Economista Rubens Vaz da Costa, a Escola Integrada de mesmo nome não era “gratuita”, pois havia uma necessidade de uma contribuição mensal de cinco cruzeiros para poder ser sócio do Centro Comunitário e, assim, ter seus filhos matriculados na entidade (O POVO, 03/10/1976, p. 12). Ela terminou de ser construída em março de 1974 e foi inaugurada em julho do mesmo ano, funcionando “como

40 Entrevista com Raimunda Leopoldina e Silva. (Op. cit.).

41 Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias. (Op. cit.).

42 Atualmente, ela encontra-se desativada devido à construção e implantação do Metrô de Fortaleza.

43 Entrevista com Maria Ferreira dos Santos Barros. (Op. cit.).

um minicentro comunitário atendendo tanto a população com o oferecimento de vagas escolares para os cursos de primeiros graus, assim como os próprios adultos com a instalação do posto do MOBREAL” (CORREIO DO CEARÁ, 04/07/1974, p. 3). Mesmo que tivesse 800 alunos inscritos em 1976, nem todas as crianças do conjunto tinham acesso à educação, porque nem todos os moradores eram sócios do centro e tampouco possuíam “condições de pagar instrução para seus filhos no centro da cidade ou em bairros vizinhos” (O POVO, 03/10/1976, p. 12).

Além da escola, os serviços de saúde também funcionaram nas dependências do Centro Comunitário, a partir de 1974. Em resumo, o departamento médico oferecia apenas serviços clínicos, ginecológicos e odontológicos: “para problemas de urgência, não dispõe o conjunto de qualquer atendimento médico. O posto de saúde do centro atende, em sua maioria, casos clínicos” (O POVO, 03/10/1976, p. 12). Logo, se a doença fosse mais grave que esquistossomose, doenças de pele e gripes – advindas, sobretudo, da falta de saneamento básico e de esgoto no lugar –, o paciente deveria se dirigir ao centro da capital ou a alguma área vizinha. Desse modo, o morador do Rondon enfrentava dificuldades pouco sentidas quando no Arraial: a falta de equipamentos urbanos e a necessidade de gastar com locomoção.

Esses custos com transporte não se resumiam à ida à escola ou ao hospital, pois a principal despesa dava-se com o trabalho, afinal no Rondon não tinha emprego: “aqui não tem trabalho. Quem quiser trabalhar é em Fortaleza e se der quatro viagens por dia, no final do mês não tem saldo” (O POVO, 03/10/1976, p. 12). No Arraial, eles não tinham gastos com ônibus ou trens, porque a maioria da população trabalhava perto de onde moravam e iam a pé. Continuando a analisar as falas de alguns moradores do Marechal Rondon, publicadas pelo *O Povo* em outubro de 1976, percebemos que não havia reclamação pela distância ou pelo tempo “perdido” no percurso, a queixa era o “aperto” no orçamento: “com qualquer dois cruzeiros, eu ia ao mercado e comprava um tempero verde ou um tomate para ajudar na comida. Aqui (Rondon), com dois cruzeiros, vou a rua (Centro de Fortaleza) e não volto” (O POVO, 03/10/1976, p. 12).

Segundo propõe Paulo Marques (2014), os espaços para onde os excluídos são levados não garante oportunidades de renda. Ao relacionarmos essa afirmação com nossa pesquisa, entendemos as razões de os recém-chegados ao Marechal Rondon não terem conseguido ganhar nem guardar dinheiro. Em outras palavras, como o conjunto foi construído em um local praticamente vazio e inabitado, onde não existia mercado de trabalho, os moradores eram obrigados a utilizar algum transporte, duas vezes por dia, por estarem afastados dos polos industriais e comerciais de Fortaleza. Somado a isso, eles tinham o compromisso de pagar seus lotes todos os meses e de comprar materiais de construção para erguerem suas casas. Resumindo, eles não ganhavam nenhum recurso financeiro no conjunto, por esse não ter oferta de emprego (salvo os que eram comerciantes ou autônomos) e, por outro lado, gastavam o pouco que recebiam com a locomoção, a habitação e o sustento dos filhos.

Outras das principais dificuldades enfrentadas pelos removidos foram a falta de energia elétrica e os problemas acarretados por isto, como a insegurança, o prejuízo por não poder conservar os alimentos na geladeira etc.:

Para um morador, fazendo o resumo da situação, a luz elétrica do conjunto Rondon só beneficia a avenida Dom Lustosa até o posto policial. Disse mais que outras áreas beneficiadas

são: o quarteirão do Centro Comunitário e a quadra 30 [...] entre os problemas advindos com a escuridão estão a impossibilidade de se transitar pelo conjunto depois das 19 horas, os roubos constantes facilitados pela escuridão e a dificuldade de se realizar qualquer trabalho noturno, inclusive o “dever de casa” das crianças que estudam [...] (O POVO, 03/10/1976, p. 12).

A falta de iluminação também influenciava na questão do lazer, bem como o transporte. Se no conjunto não tinham muitas opções de lazer, a alternativa era procurar em outros locais da cidade, porém a carência de mobilidade impedia tal deslocamento. Do mesmo modo, a ausência de energia também era um fator de entrave à diversão dos moradores, ainda que eles não percebessem isto, como vemos na fala de Maria Edite, “depois construíram o Centro Comunitário, eles botaram uma televisão lá de fora pro pessoal passar o tempo, pelo menos uma distração e a gente ia”<sup>44</sup>. Essa era a única opção ofertada pela FSSF e a Prefeitura, dadas a dificuldade com o transporte e a falta de luz. Entretanto, a limitação não se configurava somente em disponibilizar uma única “forma de lazer”, havia ainda o limite de tempo para o usufruto dela: “aquele pessoal que ia chegando, já tinha uma televisãozinha lá em cima da coluna, pra gente se divertir um pedacinho em até oito da noite”.<sup>45</sup>

Pressupomos que esse horário (bem definido) expresso por uma de nossas entrevistadas advém do fim de expediente do Centro Comunitário ou da tentativa de os administradores do local prezar pela segurança dos habitantes, a fim de amenizar as consequências de um problema que eles deveriam resolver em definitivo: “aqui, depois das sete horas da noite, é como um cemitério. Só o moço vindo para acreditar. Os marginais estão soltos e protegidos pela falta de luz” (O POVO, 03/10/1976, p. 12). A falta de iluminação e de saneamento básico, a ausência de água encanada e de esgotos, a distância em relação ao local de trabalho, a precariedade de serviços urbanos e de transportes, entre outros problemas, demonstram a negligência do Estado em garantir uma moradia digna aos mais pobres.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, este artigo discute sobre a exclusão espacial dos menos favorecidos, fruto da falta de condições financeiras desses e do déficit habitacional, além das constantes intervenções governamentais ou de interesse imobiliário que delimitavam e definiam onde os pobres podiam ou não morar. Concluímos, então, que a casa própria foi o principal mecanismo utilizado pelos governantes para convencer os moradores do Arraial Moura Brasil a aderirem ao Programa de desfavelamento e aceitarem sair sem conflitos. A principal consequência dessa exclusão advinda da prática de remoção foi a (re)organização da malha urbana, separando ricos e pobres, num contexto de disputas pelo espaço da cidade. Nessa luta, estavam imbricadas as aspirações – em relação ao valor de segurança, habitação e conforto que a urbe representava ou deveria representar – de quem excluía e, sobretudo, de quem era excluído. Essas tensões travadas entre ambos se constroem na dicotomia segregação-integração ou exclusão-inclusão. Enquanto as estratégias de governo e do mercado imobiliário visam à segregação, por preocuparem-se em planejar as áreas urbanas de acordo com a posição econômica de seus habitantes, os segregados, ou não integrados, buscam/exigem se integrar.

---

<sup>44</sup> Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias. (*Op. cit.*).

<sup>45</sup> *Ibid.*

Existem muitos outros exemplos de erradicações de favelas e descasos com as áreas pobres nos jornais, nesse período de 1972 e 1979. O Programa de desfavelamento era integrado com os anseios urbanísticos do governo municipal e das empresas imobiliárias e, as chamadas remoções, não ocasionaram apenas a segregação dos moradores de baixo poder aquisitivo, mas também o crescimento periférico da capital, através dos conjuntos habitacionais. Retirar, afastar e esconder o que era considerado incômodo ainda permanece sendo uma prática política e habitacional em quase todas as grandes cidades brasileiras, lembre-se, por exemplo, as inúmeras remoções que ocorreram para a Copa do Mundo de 2014.

O espaço urbano nunca foi tão disputado pelos diferentes estratos sociais e o movimento continua o mesmo: extingue-se uma comunidade, mas nascem duas em outro lugar e, se elas ousam surgir próximas das residências das elites, o processo de retirada não tarda. Afinal, como afirma o geógrafo José Borzacchiello da Silva (1992), os incomodados não se retiram.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A CIDADE em festa ganha a Avenida Castelo Branco. **O Povo**, Fortaleza, 05 out. 1974. Caderno A, p. 28.
- ALVES, Marinez (org.). **Catálogo da Hemeroteca do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2010.
- AVENIDA presidente Castelo Branco. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 05 out. 1974. Edição Especial, s/p.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 14ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto/EDUSP, 1988. CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto/EDUSP, 1988.
- CINZA da Cinza. **O Povo**, Fortaleza, 20 fev. 1973. Caderno A, p. 12.
- CSU do Marechal Rondon: mesmos como precariedade já conseguiu mudar comportamento. **O Povo**, Fortaleza, 08 abr. 1979. Caderno A, p. 9.
- DESFAVELAMENTO. **O Povo**, Fortaleza, 17 mar. 1975. Caderno A, p. 3.
- FAMÍLIAS do Lagamar serão removidas para o Palmeiras. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 16 mar. 1974. Caderno A, p. 3.
- FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DOS ESTADOS DO CEARÁ, PIAUÍ E MARANHÃO – FETRANS. **De ônibus: centro e quarenta anos nas estradas e cidades do Ceará/Fortaleza**. Fortaleza, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1988.
- GUADALAJARA, uma nova favela. **O Povo**, Fortaleza, 03 maio 1973. Caderno A, p. 12.
- LESTE-OESTE: pelo menos a paisagem. **O Povo**, Fortaleza, 01 out. 1978. Caderno A, p. 16.
- LESTE-OESTE: avanço econômico e urbanístico. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 03 out. 1974. Caderno A, p. 8.
- LIMA, Maria Nazira. **Experiência de desfavelamento numa tentativa de sistematização**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1972.
- MAR destrói casebres na Praia de Iracema. **O Povo**, Fortaleza, 28 fev. 1979. Caderno A, p. 16.

MARQUES, Paulo Alexandre X. **Na contramão da Via Mangue:** artes e astúcias na reinvenção do cotidiano de ex-moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda” em Recife-PE. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

MODERNIZAÇÃO da miséria. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 19 fev. 1979. Caderno A, p. 12.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória:** a cultura popular revisitada. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MOTA, Antônia Erika S. **Uma experiência em desfavelamento:** Conjunto Marechal Rondon. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1972.

OS MESMOS dramas da pobreza afastada do centro da cidade. **O Povo**, Fortaleza, 03 out. 1976. Caderno A, p. 12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Experiência vitoriosa de desfavelamento:** Conjunto Alvorada e Marechal Rondon. Fundação do Serviço Social de Fortaleza. Fortaleza, 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Programa Integrado de desfavelamento de Fortaleza:** estudo preliminar. Secretaria Municipal de Planejamento. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza. Fundação do Serviço Social de Fortaleza. Fortaleza, 1973.

PRESIDENTE convidado para inaugurar a Av. Leste-Oeste. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 28 ago. 1974. Caderno A, p. 8.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness.** London: Pion Limited, 1976.

REMOÇÃO promove os favelados da Cinza. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 23 fev. 1973. Caderno A, p. 3.

SAWAIA, Bader. (org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SILVA, José B. **Quando os incomodados não se retiram:** uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Revista Projeto História.** São Paulo, nº 15, 1997. p. 51-84.